

TERMO DE REFERENCIA DE DISPENSA

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de Serviços pessoa jurídica sendo serviços técnicos profissionais conforme descrição, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, atendendo as necessidades da secretária Cultura.

1.2 ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES

Item	Unidade	quantidade	descrição
1	Serviço	01	Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico – CMBGO

1.3 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.3.1 Anteprojeto dos locais possíveis do evento;

- O serviço poderá ser realizado inicialmente na sede da empresa, mas o levantamento técnico inicial do espaço dever ser presencialmente no endereço Parque de exposição do sindicato rural de Crixás assim como a conclusão dos trabalhos deverá ser presencial.
- Projeto de Prevenção contra Incêndio e Pânico no espaço limitado para a realização do evento;
- Aprovação do Projeto contra Incêndio e Pânico do evento 29º Expo Crixás, no Órgão do Bombeiro do Estado de Goiás;
- Execução do Projeto Aprovado conforme CMBGO contra Incêndio e Pânico;
- Execução do Projeto Aprovado conforme CMBGO contra Incêndio e Pânico;
- ARTS. de Execução e do Projeto Aprovado (Tendas, Palco, Cercamento, Energia de baixa tensão e outros);
- ART de Geradores;
- Projeto de Prevenção contra Incêndio e Pânico dos Fogos de Artíficos do evento 29º Expo Crixás;
- Fiscalização no acompanhamento da montagem e desmontagem da estrutura física de todo o evento Itapaci é Show, com posterior liberação do evento seguindo as normas que regem o evento

e a segurança do público no que

- se refere ao acompanhamento da montagem e desmontagem da estrutura.
- Cópias de documentos e Projetos que inclui: Memorial descritivo; Plano de emergência; Laudos estrutural, elétrico e controle de materiais;

1.3.2 DOS PARÂMETROS DOS PROJETOS

- Projeto de SDAI – deve conter todos os elementos necessários ao seu completo funcionamento, de forma a garantir a detecção de um princípio de incêndio, no menor tempo possível. Definição do tipo de sistema de detecção, tipo de detector apropriado para cada ambiente a ser protegido com base na sensibilidade do detector e o tempo de resposta do sistema.
- Projeto de Iluminação e Sinalização de emergência – deve conter todos os elementos necessários para a sua correta instalação e de acordo com normativos vigentes.
- Projeto de Central de Gás Liquefeito de Petróleo – deve conter todos os componentes necessários para o seu correto dimensionamento, instalação e de acordo com normativos vigentes.
- Mapeamento de Extintores – deve conter todos os componentes necessários para o seu correto dimensionamento, instalação, identificação e de acordo com normativos vigentes.
- Saída de emergência – deve conter todos os componentes necessários para o seu correto dimensionamento, instalação e de acordo com normativos vigentes.
- Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 11 de outubro de 1988, Artigo 144, § 5º; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Constituição do Estado de Goiás, 1989, Artigo 125. Lei Estadual n. 15802, de 11 de setembro de 2006. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS;
- Normas Técnicas. Goiás. Instrução Técnica n. 01/2018 – CBPMESP. Instrução Técnica n. 01/2017 – CBMMG. Norma Técnica n. 01/2010 – CBMES;
- NBR 10647 – Desenho técnico. NBR 8196 – Emprego de escalas;
- NBR 13273 – Desenho técnico – referência a itens;
- NBR 14699 – Desenho técnico – representação de símbolos aplicados a tolerâncias geométricas – preparos e dimensões;
- NBR 14611 – Desenho técnico – representação simplificada em estruturas metálicas;
- NBR 10068 – Folha de desenho – Leiaute e dimensões;
- NBR 10067 – Princípios gerais de representação em desenho técnico;
- NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura.
- Elaborar dos projetos (Evento e Fogos) conforme as normas CBMGO;
- Enviar os documentos e anexo para o contratante assinar;

- Solicitar documentos necessários para aprovação do projeto sem ônus nas taxas do bombeiro para o contratante;
- Corrigir o projeto se houve pendências na análise, sem nem ônus para o contratante;
- Enviar cópias dos documentos e projeto para execução do mesmo para o contratante;
- Fazer inspeção nas estruturas de sua responsabilidade (anotados na ART) no dia do evento;
- Fica na responsabilidade de fazer o pagamento dos materiais confeccionado e alugados, ficando a CONTRATANTE sem nenhuma responsabilidade com os terceiros;
- Acompanhar o Vistoriador do bombeiro para na vistoria e a liberação do Cercom;
- Fica na sua responsabilidade repassar por e-mail ou impresso o CERCOM do evento para a contratante;

1.3.3 A concessão dos materiais e da CONTRATADA, e será retirado todos os materiais utilizados no evento no FINAL do evento, “02/08/2023” a partir das 04:00 hs ou depois do termino dos shows;

1.3.4 Observação sobre o Projeto de Evento Temporário;

1.3.5 A contratada não fornecerá o PROJETO DE EVENTO TEMPORÁRIO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO APROVADO para a contratante nem arquivo.

1.3.6 A contratada fornecerá o Cercom (FUNCIONAMENTO) como prova de serviços realizados.

1.3.7 “Plágio é valer-se também de ideias e conceitos já publicados. É usar conteúdo produzido por outra pessoa e colocá-lo como se fosse de sua autoria, cabendo processo criminal pela parte autora”.

1.3.8 A CONTRATADA deverá entregar os Projetos aprovados pelo corpo de Bombeiros com antecedência mínima de 24 horas antes do início do evento, ficando quaisquer despesas como, deslocamentos, estadias, alimentação por conta da contratada.

1.4 O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP

1.4.1 O ETP previsto na Lei 14.133/21, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, antecessor ao Termo de Referência e deve ser confeccionado pela área demandante em conjunto com a área técnica e, quando for o caso, por conta da complexidade do problema a ser analisado, poderá ser solicitado apoio técnico de outros setores que detenham competências específicas exigidas para a confecção do ETP.

1.4.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem às compras públicas, no caso, às da Fundação.

1.4.3 Contudo, a mesma Lei, em seu art. 72, faculta a elaboração do documento para os processos de compra/contratação direta – inexigibilidade e de dispensa de licitação:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, *se for o caso*, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

1.4.4 Tal entendimento foi chancelado pelo Decreto Municipal nº 2293, de 20 de março de 2023, que traz a seguinte previsão em seu artigo 2º:

§ 3º - A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - . quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

V - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda.

1.4.5 Portanto, embora a elaboração do ETP seja, regra geral, obrigatória, seguindo a diretriz do Decreto Municipal acima, quando das hipóteses dos incisos I, II, VII, VIII todos do art. 75, §§ 2º a 7º do art. 90 da nova Lei, o ETP fica dispensado.

1.4.6 Assim, em sendo os casos relacionados acima, fica o ETP e a análise de risco dispensado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Considerando que a Prefeitura Municipal de Crixás preza, tradicionalmente, pela realização de eventos comemorativos em alusão à emancipação política de Itapaci, com o intuito de proporcionar entretenimento, lazer e integração social à população, destaca-se a importância de assegurar que tais festividades sejam conduzidas com a máxima organização, responsabilidade e segurança.

2.2 Registra-se que, por um período de 08 (oito) anos, não foi realizada a tradicional festa, o que torna a retomada neste ano um momento de especial relevância para o Município e para seus munícipes. Essa volta representa não apenas a valorização da cultura e das tradições locais, mas também a oportunidade de fortalecer o convívio comunitário e fomentar a economia local por meio do turismo e da movimentação comercial decorrente do evento.

2.3 No contexto da 29ª Expo Crixás, a ser realizada no período de 30 de julho a 02 de agosto, a Administração Municipal busca oferecer um evento de grande porte que una atrações festivas e culturais de qualidade, ao mesmo tempo em que adota todas as medidas preventivas e protocolos necessários para garantir a integridade física e o bem-estar de todos os presentes.

2.4 Assim, a contratação ora pleiteada se justifica pela necessidade de atender às exigências da legislação vigente e pelas demandas técnicas indispensáveis à realização de um evento dessa magnitude. O objetivo é assegurar que a execução dos serviços contratados reflita diretamente em um ambiente seguro e adequado, tanto para o público participante — que corresponde majoritariamente à população de Crixás — quanto para os trabalhadores, prestadores de serviço e demais envolvidos na organização.

2.5 Dessa forma, a medida contribui para que a comemoração da 29ª Expo Crixás transcenda o caráter festivo, consolidando-se como um evento de referência, que alia lazer, cultura e segurança, fortalecendo o compromisso do Município com o bem-estar e a valorização de sua comunidade, especialmente neste ano em que a festa retorna após longo intervalo sem sua realização.

3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

3.1 Os serviços a serem prestados, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de dispensa.

3.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação.

4 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 O serviço será (ão) recebido (s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2 O serviço será (ão) poderá (ão) ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem

prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e do serviço (s) e consequente aceitação mediante atesto apostado na Nota Fiscal respectiva que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.2 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.4 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços prestados, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.6 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

5.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus

empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2 Efetuar os serviços prestados em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes prazo de garantia dos serviços;

6.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.4 Substituir, reparar OU corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços prestados.

6.5 Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto desta dispensa.

8 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas OU defeitos observados.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4 Fica o senhor (a) Marlos da Silva Goncalves Gomes responsável pela fiscalização e

recebimento do serviço.

9 DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado antecipadamente, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que secretaria de cultura atestar a execução do serviço.

9.3 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais de verificação das mencionadas regularidades.

9.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.6 A nota fiscal a ser apresentada deve ser no formato eletrônica e deve conter todas as retenções previstas na legislação federal, estadual e municipal, a saber IRPJ, INSS, ISSQN e outros. Cabe ressaltar a aplicação do decreto municipal nº 2366 que recepciona a interpretação conforme a Constituição Federal do art. 64 da lei federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, do art. 15 da lei federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e também da instrução normativa da receita federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Crixás - GO e das outras providências.

9.7 Para aferição da Base de Cálculo do ISSQN será de acordo com o Código Tributário Municipal de Crixás, no momento da prestação de serviço e da emissão da nota fiscal.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

10.2 Deixar executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 10.4 Falhar ou fraudar na execução do serviço;
- 10.5 Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.6 Cometer fraude fiscal;
- 10.7 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA sanções previstas na lei de licitações em conjunto leis em vigência e que se aplicarem ao motivo da sanção, podendo ser aplicado entre outros:
- 10.8 Advertência;
- 10.9 Multa moratória;
- 10.10 Multa compensatória;
- 10.11 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão;
- 10.12 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 10.13 Também ficam sujeitas às penalidades as empresas ou profissionais que:
- 10.14 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.15 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.16 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.17 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.18 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 10.19 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11 CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

- 11.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação DO TERMO DE REFERÊNCIA e serão solicitados do fornecedor contratado.
- 11.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das

condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de Inscrição do CNPJ- comprovando empresa especializada no item descrito neste termo de referencia
- b) Contrato social/ última alteração; e ou requerimento de empresário individual, e OU certificado de condição de microempreendedor individual
- c) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- d) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- f) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, incluindo os Débitos Previdenciários;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Documentos pessoais dos sócios;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que o licitante teve ou está tendo um bom desempenho no fornecimento do objeto deste termo, equivalentes em quantidade e características iguais ou superiores.
- b) Registro no CREA-GO do responsável técnico da empresa, ou visto do mesmo, no caso de empresas não sediadas no Estado;
- c) Ser empresa de Engenharia e/ou Geologia devidamente habilitada, com certidão de registro e comprovante de regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, expedidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), possuindo Contrato social devidamente compatível com a execução do presente Objeto deste Termo de Referência;
- d) Prova que a empresa possuir, no quadro funcional permanente, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de projeto de Sondagem e coordenação do respectivo projeto de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao projeto deste Termo de Referência, devidamente atestado pelo CREA.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei

nº 14.133/2021)

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

12.2 A presente prestação de serviços fundamenta-se em critérios legislativos, na qual a licitação pública é obrigatória para contratos acima de determinado patamar econômico, que justifique os gastos a serem efetuados com o respectivo procedimento.

12.3 Quando há algum dos motivos que ensejem a dispensa de licitação o agente administrativo está autorizado a contratar diretamente por dispensa de licitação, obedecendo aos requisitos que a própria lei impõe.

12.4 No caso em questão, o serviço dos itens supracitados encontra-se com o seu valor estimado dentro do planejamento anual de contratações e está dentro dos limites exigidos na Lei nº 14.133/2021, art. 75.

12.5 Por fim, como se vê, trata-se de autorização legal para que, desde que observados os requisitos fixados no dispositivo legal, o gestor por conveniência, possa deixar de instaurar a licitação e contratar diretamente compras e serviços gerais.

13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1 As eventuais e futuras despesas decorrentes do presente processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA do Exercício sendo que as eventuais despesas contratadas no exercício 2025 serão pagas através de recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Órgão **MUNICÍPIO DE CRIXÁS**

Manutenção das Atividades da **SECRETARIA DE CULTURA** / Apoio as Festividades locais

Elemento de despesa Prestação de Serviços pessoa jurídica

Sub elemento de despesa – **serviços técnicos profissionais**

Fonte de recurso financeiro: **MUNICIPAL**

14 DA PREVISÃO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

14.1 A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão do Plano de Contratações Anual de 2025 publicado através do decreto municipal nº 38/2025, estando

alinhado com o Planejamento da Administração Pública Municipal.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

15.1 A contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

16 DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

18.1 A contratação será efetuada através de nota de empenho.

18.2 Tendo em vista o caráter econômico da prestação de serviço, ou seja, contratos com valores inferiores aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021); e ainda a simplicidade das obrigações da presente prestação de serviço e a ausência de risco, o que ocorre nas compras ou serviços com entrega imediata e integral dos bens adquiridos ou serviços realizados e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, optasse pela substituição do instrumento de contato por nota de empenho, nos termo do art. 95, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

Crixás, 25 de julho de 2025.

Elaborado por Gestor de Contratos **Gabriela Francisco Oliveira**

Assinatura:

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **aprovo** o presente Termo de Referência.

Joel Antônio de Araújo Neto
Secretário de Cultura